



Célio Azevedo

Senado aprova MPs e tenta acordo sobre informática

Plenário votou medidas que tratam de mudanças no Primeiro Emprego, saque de FGTS para idosos, segurança nos portos e missões de paz no exterior

AVANÇO Roseana Sarney (à direita, com Ana Júlia, Ideli, Patrícia e Lúcia Vânia) foi a relatora da MP que muda o programa Primeiro Emprego, aprovada ontem pelo Plenário, que realizou duas sessões com duração de quase nove horas

Os senadores retomarão hoje o exame de projetos e emendas constitucionais se houver acordo em torno de uma proposta que muda a Lei de Informática. Esse projeto tem prioridade sobre as outras matérias, já que recebeu pedido de urgência do presidente da República. O governo não chegou ontem a entendimento com o líder do PSDB, Arthur Virgílio, que defende mudanças em pontos da proposta. Se o impasse persistir hoje, os destaques apresentados à reforma do Judiciário poderão voltar a debate apenas na última semana deste mês, quando haverá novo esforço concentrado para votação de matérias.

Roosevelt Pinheiro



Página 3 e 4

REFORMA DO JUDICIÁRIO

Relator pede que destaques sejam examinados hoje

Página 5

CPI busca consenso para votar 52 requerimentos

Líderes partidários reúnem-se na manhã de hoje com o presidente e o relator da CPI do Banestado, senador Antero Barros e deputado José Mentor, em busca de acordo sobre procedimentos para quebra de sigilos.

Página 5



Márcia Kallume

IMPASSE Presidida por Antero Barros (D), CPI do Banestado não obteve ontem acordo para decidir sobre requerimentos

Pedro Simon e Arthur Virgílio rejeitam criação do Conselho de Jornalismo

Página 7



PRIVATIZADAS Extinção de cargos em distribuidoras de energia no Nordeste preocupa César Borges

Borges quer explicação sobre empregos na Coelba

O senador César Borges (PFL-BA) vai pedir explicações por escrito sobre a possibilidade de extinção de 700 postos de trabalho na Companhia de Energia Elétrica da Bahia (Coelba), a maior do Nordeste, que foi privatizada e tem como principais acionistas agora o Previ (fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil) e a Guaranianna, empresa que tem sede no Rio de Janeiro.

– Temos informações de que os serviços de informática e tele-atendimento da empresa serão centralizados no Rio de Janeiro, junto à Guaranianna, o que seria uma terceirização, com a conseqüente extinção dos empregos na Coelba – afirmou o senador.

César Borges disse que a Previ pode acabar bancando uma terceirização semelhante à que os funcionários do Banco do Brasil tanto combatem. Ele acrescentou que o mesmo pode acontecer na Cosern e na Celpe, as distribuidoras de energia elétrica do Rio Grande do Norte e de Pernambuco, privatizadas nos mesmos moldes.

Para Ideli, bons índices econômicos aumentam popularidade de Lula

■ Líder do PT diz que melhora se deve às duras medidas adotadas no ano passado pelo governo

A líder do PT, senadora Ideli Salvatti (SC), registrou ontem, em discurso no Plenário, pesquisa divulgada pelo CNT/Sensus indicando que a popularidade do governo Luiz Inácio Lula da Silva subiu 8,8 pontos percentuais.

Para Ideli, esse dado positivo da pesquisa está ligado à soma de bons indicadores econômicos e sociais que, ao longo dos últimos meses, têm se tornado públicos, e também à vivência cotidiana dos brasileiros, que estão vendo a situação econômica melhorar. A recuperação na economia, observou, é conseqüência das duras medidas adotadas no ano passado e que foram necessárias para que o país pudesse retomar o crescimento.

A senadora destacou que,

a cada mês, as boas notícias econômicas se consolidam graças a sucessivos recordes nas exportações, aos programas de transferência de renda implantados pelo governo e a ações de redução tributária.

– O saldo da balança comercial está encostando nos US\$ 20 bilhões, e 1,2 milhão de empregos com carteira assinada foram criados. Além disso, muitos brasileiros limpam os nomes na praça e isso traz uma perspectiva de crescimento do consumo no futuro – afirmou.



CRESCIMENTO Ideli prevê aumento de consumo provocado pelo número de pessoas que pagaram dívidas

Paim espera mais empregos com recuperação da economia

A retomada do crescimento econômico do país deverá ser o grande motivador da abertura de novos postos no mercado de trabalho. A constatação partiu do senador Paulo Paim (PT-RS), que destacou ações recentes do governo federal na área tributária e proposições de sua autoria em tramitação no Senado como sendo capazes de criar novas oportunidades de emprego.

A criação de um regime tributário especial para atrair investimentos nos portos; a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre máquinas e equipamentos para a indústria; e as mudanças no Imposto de Renda (IR) relativo a aplicações financeiras vão concorrer, na opinião de Paim, “para o aumento das exportações, da produtividade da indústria e dos investimentos e para a redução da taxa de juros”, refletindo-se, conseqüentemente, na elevação do nível de emprego.

Agenda

Plenário discute redução do IPI

Na sessão de hoje, marcada para as 10h, o Plenário vai discutir o projeto que prorroga até 2019 a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) cobrado de empresas de desenvolvimento ou produção de bens e serviços de informática e automação (PLC 32/04). A proposta exclui empresas situadas na Zona Franca de Manaus, que já têm isenção desse imposto. Às 11h30, o presidente do Senado, José Sarney, recebe o ministro do Planejamento, Guido Mantega.

Celso Amorim comenta Rodada de Doha

O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, participa hoje, às 11h, da reunião conjunta das Comissões de Relações Exteriores da Câmara e do Senado. O ministro deve comentar os resultados da Rodada de Doha, negociações multilaterais da Organização Mundial do Comércio (OMC), especialmente sobre o setor agrícola, além de discutir o desenvolvimento das negociações entre o Mercosul e a União Européia.



Novos embaixadores

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) vota hoje, às 9h30, as indicações de Eduardo Prisco Paraíso Ramos e Cesário Melantonio Neto para os cargos de embaixador do Brasil em El Salvador e na Turquia, respectivamente.

Terras indígenas

A Comissão Externa das Questões Indígenas reúne-se hoje, às 10h, para a apresentação, discussão e votação do relatório final sobre visita ao estado de Santa Catarina, onde o colegiado avaliou a situação da demarcação de terras indígenas.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Silhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



MUDANÇAS Paim: novo regime tributário vai provocar aumento das exportações e da produtividade

VOTAÇÕES

Plenário aprova cinco MPs, entre elas a que amplia benefício a idosos e a que destina recursos para segurança dos portos. Impasse sobre mudanças na Lei de Informática pode impedir a retomada da reforma do Judiciário

Célio Azevedo



DÚVIDA Se não houver consenso sobre mudanças na Lei de Informática, votação da reforma do Judiciário será adiada

Pauta é liberada, mas falta acordo para novas votações

Em duas sessões, que duraram quase nove horas, o Plenário aprovou ontem cinco medidas provisórias (MPs) que obstruíam a pauta de votações. Com as decisões, o Senado pode votar hoje projetos e emendas constitucionais, desde que haja acordo em torno do projeto que muda a Lei de Informática (PLC 32/04).

A proposta tem prioridade sobre as outras matérias, inclusive os destaques apresentados à reforma do Judiciário, pois recebeu do presidente da República urgência constitucional. No entanto, o governo não conseguiu fechar acordo com o líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), que reivindica mudanças na proposta, com as quais os governistas não concordam.

Nessa situação, haveria dois caminhos: ou se retira a urgência do projeto, permitindo a votação de outras matérias, ou o governo mobiliza sua base para votar as mudanças na Lei de Informática como lhe

interessa. A Mesa do Senado, no entanto, comunicou que, por ter sido iniciada a votação da pauta que inclui o projeto sobre a Lei de Informática, é impossível regimentalmente retirar a urgência. Assim, a primeira semana de esforço concentrado pode se defrontar com um impasse.

Dois pontos do projeto provocam atritos. No primeiro, o governo não concorda com anistia fiscal a empresas de produção de informática e televisão, incluída pelos deputados, que não investiram em tecnologia para ter direito a isenções fiscais. O líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), afirma que só uma empresa teria anistia de R\$ 700 milhões se o Senado aprovar o projeto como saiu da Câmara. No máximo, disse, o governo aceita que a dívida seja paga em parcelas.

O segundo ponto de atrito se refere a uma reivindicação dos fabricantes de televisores instalados na Zona Franca de

Manaus. Por lei, eles têm exclusividade na produção de tubos de imagem de televisão. Mas a tecnologia avançou e hoje monitores de computador também podem ser usados como televisores. E os fabricantes de Manaus querem também exclusividade na produção de monitores. Mas algumas empresas de informática, instaladas fora do Amazonas, estão investindo na área e não concordam com a extensão da exclusividade.

Com o impasse, fica indefinida a votação da reforma do Judiciário. Se não houver acordo sobre a Lei de Informática e se o governo não mobilizar sua base para votar a proposta, os destaques à reforma do Judiciário só voltarão a debate na última semana do mês, quando haverá novo esforço concentrado. Na próxima semana, não haverá votação, para que os parlamentares participem das campanhas eleitorais, e as sessões serão apenas para discursos.

Mais idosos terão direito à correção de contas do FGTS

O Plenário aprovou ontem a medida provisória (MP 185/04) que reduz em dez anos o limite de idade dos idosos que podem sacar as diferenças de correção monetária sobre as contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), geradas pelos planos Verão e Collor. A legislação garante o recebimento apenas por pessoas acima de 70 anos.

A MP assegura também a liberação total do resíduo do FGTS aos dependentes de pessoas que faleceram após os planos econômicos.

O parecer da senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA), contrário às três emendas apresentadas à comissão mista que examinou a MP, manteve o texto encaminhado pelo Executivo. Paulo Paim (PT-RS), autor de uma das emendas, anunciou que a medida irá à promulgação. Ana Júlia disse que a medida assegura injeção na economia de R\$ 3,25 bilhões, beneficiando 609 mil contas vinculadas ao FGTS.

Durante a discussão, a oposição insistiu em dizer que a MP não pode ser considerada propriamente iniciativa do Executivo, já que foi uma forma de cumprir decisão do Supremo Tribunal Federal (STF). Nessa linha falaram os senadores Arthur Virgílio (PSDB-AM), Antero Paes de Barros (PSDB-MT) e Alvaro Dias (PSDB-PR). O líder do PFL, José Agripino (RN), ressaltou que a MP é "meritória", mas "não é marca deste governo o apreço pelos idosos".

Lúcia Vânia (PSDB-GO) apoiou a MP e chamou a atenção sobre as dificuldades dos idosos para garantir a gratuidade das passagens interestaduais. Alvaro Dias (PSDB-PR) defendeu a ampliação do benefício para as passagens intermunicipais.

Sérgio Cabral (PMDB-RJ) também defendeu o cumprimento do Estatuto do Idoso, homenageou o fisco pela decisão de dar prioridade aos idosos nas restituições do Imposto de renda deste ano.

Senado garante R\$ 100 mi para segurança nos portos

Foi aprovada com 48 votos favoráveis e duas abstenções a medida provisória (MP 184/04) que abre crédito extraordinário de R\$ 100 milhões em favor dos Ministérios da Justiça, dos Transportes e da Defesa, para implantar o Sistema de Segurança nos Portos Nacionais. A MP garante recursos para reforçar a segurança nos portos e coibir o trânsito ilegal de armas e pessoas por meio de navios.

A MP, relatada pelo senador Duciomar Costa (PTB-PA), será agora promulgada.

O novo sistema é consequência da participação brasileira em organizações e tratados inter-

nacionais que criam uma rede internacional de comunicação e controle para cooperação em inteligência e ações contra o terrorismo. As embarcações que não tiverem certificação não poderão atracar nos portos ou terão que se submeter a rigorosa inspeção.

Após reivindicação de Arthur Virgílio (PSDB-AM), José Jorge (PFL-PE) e José Agripino (PFL-RN), o líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), comprometeu-se a agir junto ao Ministério dos Transportes para incluir entre os portos beneficiados pela medida provisória o do Recife.

Virgílio quer fim da urgência para mudança na Lei de Informática

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), fez apelo ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva para que retire a urgência constitucional do projeto de lei da Câmara (PLC 32/04) que trata da Lei de Informática. O parlamentar sugere que a proposta seja mais bem debatida.

Segundo disse, se o projeto for aprovado como está, será decretado o fim da indústria de televisores na Zona Franca de Manaus, que emprega cerca de 70 mil trabalhadores diretamente, representando 96% da economia do estado. Virgílio afirmou que pretende usar to-

dos os recursos contra a matéria, inclusive o instrumento da obstrução parlamentar.

O senador ressaltou que o Pólo Industrial de Manaus, que começa a se transformar em setor exportador, é importante para o país porque não provoca poluição e "garante a bandeira

nacional sobre a região amazônica". Como o pólo beneficia também o interior, o Amazonas é o estado do Norte com menos devastação florestal, afirmou. Além disso, destacou, o distrito industrial de Manaus tem sido responsável pelos maiores índices de crescimento industrial.



ALERTA Arthur Virgílio afirma que aprovação do projeto prejudicará a Zona Franca de Manaus

VOTAÇÕES

Ajustes propostos pelo governo agradam senadores, apesar das críticas da oposição ao desempenho do programa em sua primeira fase. O Plenário também garantiu recursos à participação brasileira em missões de paz da ONU

Plenário acolhe mudanças nas regras do Primeiro Emprego

O Plenário do Senado aprovou ontem mudanças no programa Primeiro Emprego, destinado a dar oportunidades no mercado de trabalho a jovens entre 16 e 24 anos. As alterações foram propostas pelo próprio governo, por meio de medida provisória (MP 186/04), transformada em projeto de lei de conversão (PLV 41/04), como forma de dar bom desempenho ao programa, que em sua fase inicial não atingiu suas metas.

Uma das alterações feitas na Câmara dos Deputados foi a inclusão no programa dos jovens que tenham concluído o ensino fundamental ou médio, que terão acesso a até 30% das vagas oferecidas. Outra é que as vagas serão oferecidas a jovens que residam próximo ao posto de trabalho, dando-se prioridade aos que já estejam desenvolvendo trabalho voluntário. Mas, ao se inserirem no programa, estes perderão o auxílio financeiro que estiverem recebendo.

Foi revogada a restrição ao contrato por tempo determinado, que deverá ter duração mínima de 12 meses. Outra mudança com o objetivo de estimular as empresas foi estipular subvenção econômica em seis parcelas bimestrais no valor de R\$ 250 por emprego gerado, independentemente da renda ou



COMPROMISSO Roseana ressalta que ajustes feitos ao programa irão viabilizar o alcance das metas fixadas pelo governo

faturamento do estabelecimento. A Lei 10.748/03 estabelecia até seis parcelas de R\$ 200 por emprego gerado, para empregador com renda ou faturamento superior a R\$ 1,2 milhão, e até seis parcelas de R\$ 100 por emprego gerado para empregador com renda ou faturamento superior a R\$ 1,2 milhão.

Para evitar que as empresas se beneficiem da subvenção e ainda ganhem com a demissão de outros trabalhadores, o projeto determina o cancelamento da adesão ao programa de empresa cuja

rotatividade da mão-de-obra for superior à do seu setor de atividade como um todo. A rotatividade será monitorada pelo Ministério do Trabalho. Será vedada, por outro lado, a contratação de jovens que sejam parentes, ainda que por afinidade, até o segundo grau, dos empregadores e sócios das empresas ou entidade contratante.

A inscrição do empregador no programa será efetuada pela Internet, nas agências dos Correios ou em órgãos conveniados, mas o empresário terá de comprovar estar em dia com os impostos, a Previdência Social e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

De acordo com o parecer da relatora revisora, senadora Roseana Sarney (PFL-MA), os "ajustes" feitos por meio da MP e do projeto de conversão "são da maior importância para que o Primeiro Emprego viabilize o alcance das metas fixadas". Segundo ela, o Ministério do Trabalho apontou entre as causas da pouca receptividade do programa o valor da subvenção; a obrigação de os empregadores manterem o mesmo número de empregos por 12 meses; a proibição do contrato por tempo determinado; e a exclusão dos jovens que já concluíram o ensino médio.

As críticas misturam-se aos elogios

Os resultados ruins do programa Primeiro Emprego foram ressaltados por parlamentares da oposição, e reconhecidos pelos governistas, mas em geral ele recebeu apoio para sua continuidade.

O senador José Jorge (PFL-PE) chegou a dizer que o Primeiro Emprego "é um dos maiores fracassos do governo", por ter criado apenas 1.380 empregos. Ele é de opinião que esse tipo de programa é parte da estratégia do governo para "ocupar espaço na mídia". Com a pequena quantidade de vagas criadas, o Primeiro Emprego é uma prova da "incapacidade administrativa do governo", de acordo com o senador Alvaro Dias (PSDB-PR).

Mesmo afirmando votar a favor do relatório da senadora Roseana Sarney (PFL-MA), o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) criticou a má execução do programa, ressaltando que houve malversação de recursos públicos decorrentes de "relação promíscua e irresponsável do governo com a organização não-governamental (ONG) Ágora".

O senador Osmar Dias (PDT-PR) também enfatizou que votaria a favor do projeto, mas acusou o ministro do Trabalho, Jaques Wagner, de piratear projeto de sua autoria nesse sentido aprovado em 1998.

Também declarando-se a favor do projeto, o senador Almeida Lima (PDT-

SE) criticou o governo pelo fracasso nos programas de desenvolvimento anunciados.

Para Flávio Arns (PT-PR), o Primeiro Emprego "é uma iniciativa fundamental que irá beneficiar a várias gerações".

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) pediu pressa na aprovação da matéria, ressaltando sua importância para o aumento da participação dos jovens no mercado de trabalho.

O senador César Borges (PFL-BA) também votou a favor do Primeiro Emprego, mas pediu ao governo maior empenho na destinação de vagas no setor de transportes e à recuperação de estradas.

Aprovados recursos para missões de paz do Brasil no Haiti e no Timor Leste

O Senado garantiu ontem os recursos destinados à participação brasileira nas missões de paz da Organização das Nações Unidas (ONU) no Haiti e no Timor Leste. A Medida Provisória 188/04, aprovada em Plenário e que irá a promulgação, estabelece a abertura de crédito extraordinário de R\$ 167,750 milhões ao Ministério da Defesa, com essa finalidade.

Desse total, R\$ 153,987 milhões destinam-se à missão das Nações Unidas no Haiti. O Brasil foi convidado pela ONU a liderar a força de estabilização criada a partir da resolução de 29 de fevereiro do Conselho de Segurança das Nações Unidas. A força de estabilização deve permanecer por seis meses no Haiti.

A medida provisória contempla ainda a missão no Timor Leste com uma dotação de R\$ 13,763 milhões. A solicitação de recursos adicionais ocorreu por causa da prorrogação por mais 12 meses, a partir de maio, da permanência de militares brasileiros na antiga colônia portuguesa e do envio adicional de uma unidade de emprego rápida composta de 125 homens do Comando do Exército para apoiar a consolidação da democracia no país.

Durante a discussão da matéria, que teve como relator o senador Hélio Costa (PMDB-MG), o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), presidente da Comissão de Relações Exteriores, lembrou que, entre os dias 16 e 18 de agosto, uma missão integrada por ele e pelos senadores Hélio Costa, Maguito Vilela (PMDB-GO) e Leomar Quintanilha (PMDB-TO) estará no Haiti para observar o trabalho da missão de paz que está atuando naquele país sob o comando do Brasil.

O Plenário aprovou também MP que estabelece uma nova modalidade de pagamento dos militares brasileiros que integram missões de paz no exterior. O texto adapta a legislação atual à nova realidade de participação em missões de organismos internacionais, na qual parte dos recursos empenhados pelo governo brasileiro será reembolsada pela organização responsável.

Patrícia recebe o relatório Um Brasil para as Crianças

Em nome da Rede de Monitoramento Amiga da Criança (composta por 26 organizações), os menores Emerson Quaresma (Amazonas) e Benedita Vogado (Distrito Federal) entregaram ontem o relatório *Um Brasil para as Crianças – A Sociedade Brasileira e os Objetivos do Milênio para a Infância*

e a Adolescência, à senadora Patrícia Saboya (PPS-CE), coordenadora da Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.

O documento avalia se o Plano de Ação Presidente Amigo da Criança, lançado pelo presidente Lula em 2003, relaciona ações para alcançar as metas

de saúde, educação, proteção e combate ao HIV/Aids. O relatório também traz análise sobre a melhoria da qualidade de vida de crianças e adolescentes e os investimentos que precisam ser feitos para cumprir as metas pactuadas com a Organização das Nações Unidas (ONU).



AVALIAÇÃO Documento entregue a Patrícia analisa se a qualidade de vida de crianças e adolescentes melhorou no país

Reforma do Judiciário poderá ser votada hoje

■ José Jorge apela ao Plenário para que sejam examinados nesta quinta-feira os 165 destaques

O senador José Jorge (PFL-PE) pediu ontem em Plenário que a votação dos destaques às propostas de emenda à Constituição (PECs) que estabelecem a reforma do Judiciário seja feita na sessão marcada para a manhã de hoje. À Agência Senado, o parlamentar, que é relator da matéria, manifestou a expectativa de que os 165 destaques sejam examinados hoje, encerrando a aprovação, em primeiro turno, das duas PECs aprovadas parcialmente no fim do primeiro semestre.

Segundo o relator, houve acordo entre as lideranças partidárias para a aprovação de destaques com parecer favorável que não irão alterar substancialmente o que foi aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Ele disse que os destaques com parecer contrário deverão ser rejeitados em bloco.

Já o líder do PFL, senador José



EMENDA Se aprovada em segundo turno, parte da proposta relatada por José Jorge irá à promulgação

Agripino (RN), manifestou sua descrença na votação de todos os destaques na sessão de hoje. Para ele, dificilmente haverá acordo das lideranças sobre todas as matérias destacadas.

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), afirmou que a votação vai depender do quórum da sessão. Ele ressaltou que será apreciado apenas o que for fruto de acordo, já que são necessários 49 votos para a aprovação, mínimo exigido no caso de proposta de emenda constitucional.

Durante o exame da matéria na CCJ, José Jorge transformou as 17 PECs que tramitavam

conjuntamente sobre a reforma do Judiciário em apenas quatro. A primeira delas traz os pontos não alterados pelo Senado, que permaneceram idênticos ao que foi aprovado pela Câmara dos Deputados. A segunda contém os itens que foram modificados. O relator propôs outras duas PECs – uma que trata do pagamento de precatórios e outra, da criação de juizados de instrução criminal. Os destaques que poderão ser votados hoje relacionam-se às duas primeiras propostas, já aprovadas parcialmente em primeiro turno.

Após a votação dos destaques, as PECs terão de ser novamente analisadas em segundo turno. A primeira, se aprovada, irá logo à promulgação pelas Mesas do Senado e da Câmara. A segunda retornará à Câmara, para que os deputados procedam ao reexame da matéria, avaliando as alterações introduzidas pelo Senado. As duas novas PECs começarão sua tramitação do início e precisam ser aprovadas no Senado, em dois turnos, para seguirem então à Câmara. Se modificadas pelos deputados, voltarão ao exame dos senadores.

Marco Aurélio sugere menos recursos

Recebido no fim da tarde de ontem pelo presidente do Senado, José Sarney, o ministro Marco Aurélio Mello, do Supremo Tribunal Federal, declarou, à saída do encontro, que a reforma do Judiciário, cuja votação poderá ser concluída hoje na Casa, não simplificará a ação da Justiça.

– A reforma, entrando em vigor, não simplifica o processo. Se queremos um processo ágil, temos que cuidar da reforma da legislação instrumental, da reforma dos códigos, enxugando o rol de recursos. Uma coisa é viabilizar a correção de um erro de julgamento, outra coisa é ter sucessivos recursos – disse o ex-presidente do STF.

O ministro explicou que, hoje, os tribunais de Justiça estão às voltas com um recurso chamado agravo de instrumento, que é apresentado contra decisão interlocutória e não contra decisão definitiva, que julga conflito de interesses. Ele afirmou que isso está emper-



CELERIDADE Depois de encontrar-se com José Sarney, o ministro Marco Aurélio, do STF, defendeu a necessidade de mudanças na legislação ordinária

rando a Justiça brasileira.

– Por que não retirar do rol de recursos o agravo de instrumento, reservando-o só para as hipóteses em que haja antecipação da sentença? – indagou.

Marco Aurélio ressaltou contudo que a reforma em votação no Senado não é inútil, até porque, em sua opinião, o Legislativo está buscando o aprimoramento.

– O que quero dizer é que a

população brasileira não pode ter esperança em dias melhores no Judiciário sob o ângulo da celeridade. A celeridade passa muito mais pela alteração da legislação ordinária – explicou.

Marco Aurélio definiu como de cortesia sua visita a José Sarney, que o presenteou com duas obras publicadas pela Casa. Ao sair do encontro, ele disse que falaram apenas de amenidades.



ESFORÇO Antero (D) e Mentor, presidente e relator da comissão, respectivamente, fazem hoje nova tentativa de entendimento, em reunião com líderes

CPI ainda sem acordo sobre quebra de sigilo

Terminou sem acordo a reunião promovida por Ney Sussuna (PMDB-PB) entre o senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) e o deputado José Mentor (PT-SP), respectivamente presidente e relator da Comissão Parlamentar de Inquérito do Banestado, e os líderes partidários. O encontro foi uma tentativa de estabelecer acordo sobre procedimentos para a quebra de sigilo bancário e fiscal e sobre a destruição de informações já obtidas. Os líderes marcaram nova conversa para hoje.

Segundo o líder do PMDB, senador Renan Calheiros (AL), o importante é estabelecer o limite da legalidade, sob pena de os resultados serem anulados no Supremo Tribunal Federal

(STF). O líder do PFL, senador José Agripino (RN), declarou que a posição dos partidos é encontrar o entendimento.

– Isso passa obrigatoriamente pelo presidente e pelo relator da CPI do Banestado, que precisam ser prestigiados por seus partidos – afirmou.

Para Antero Barros, existe a possibilidade de acordo e o seu interesse é que a CPI termine bem.

– Da minha parte, não há nenhum obstáculo ao entendimento – frisou.

Já o relator afirmou não haver condições para acordo e garantiu que todos os requerimentos apresentados por ele visando à quebra de sigilo bancário e fiscal de 1.400 pessoas investigadas têm critérios definidos.

Comissão deve assegurar a legalidade, diz Mercadante

O líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), mesmo considerando que foi boa a reunião dos líderes partidários com o presidente e o relator da CPI do Banestado, advertiu que a comissão deve cuidar para não prejudicar seu próprio trabalho.

– Existe disposição de todos para chegar a bom termo. Falhas podem acontecer na intenção de acertar, mas é preciso cuidado com o aspecto da legalidade para não invalidar o trabalho da CPI – avaliou.

Mercadante afirmou não ser possível utilizar como prova aquilo que não é legal e acrescentou que os líderes estão tentando estabelecer procedimentos para que o colegiado, sem indícios claros, evite arbitrariedades contra qualquer cidadão.

– Estamos buscando cons-



CUIDADO Mercadante defende a adoção de procedimentos para que o colegiado evite arbitrariedades

truir uma linha de investigação, estabelecer procedimentos, despartidarizar a CPI e evitar qualquer arbitrariedade contra inocentes – assinalou.

O senador disse ainda que é importante restabelecer o contato com a Câmara e admitiu que, em ano eleitoral, a disputa política contaminou a CPI do Banestado. Ele defendeu a adoção de critérios objetivos para as investigações da comissão.

Mozarildo quer legalizar o aborto de feto sem cérebro

■ Ele lembra decisão liminar que permitiu a interrupção da gravidez quando feto tem essa deformidade

O senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) anunciou ontem a apresentação de projeto de lei que permite a interrupção da gravidez de fetos com anencefalia, desde que o ato seja praticado por médico habilitado, com o consentimento da gestante. Mozarildo disse esperar que a proposição seja aprovada pelo Senado, ao sustentar a necessidade de a discussão sair do campo filosófico e religioso e passar a ser travada no âmbito jurídico.

– Como médico, mais que como senador, cumpro um dever para com a minha consciência, em homenagem à mulher brasileira – declarou ele.

Em defesa da proposta, que leu em Plenário, o senador afirma que a justificativa da in-



DECISÃO Mozarildo Cavalcanti diz que debate sobre o assunto deve sair do campo filosófico e religioso

terrupção da gravidez em casos de anencefalia fetal “decorre do risco imposto à saúde física e psicológica da mãe somado à completa impossibilidade de o nascituro prosperar na vida extra-uterina”.

Mozarildo lembra que o debate sobre o tema surgiu após decisão liminar do ministro Marco Aurélio Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF), que autoriza o aborto quando

detectada anencefalia do feto. A liminar foi concedida em arguição movida pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Saúde. No Brasil, segundo assinalou, a incidência estimada de anencefalia é de dois por mil nascimentos.

Meio ambiente

O parlamentar informou que de 24 a 26 de agosto, em Boa Vista (RR), será realizado o II Encontro Internacional e o III Encontro de Roraima de Plantio Direto, para discutir o tema “Semeando o Desenvolvimento Sustentável”.

De acordo com Mozarildo, participarão do evento autoridades, ambientalistas, técnicos, empresários e produtores rurais, além de estudantes do Brasil, Venezuela, Guiana e Argentina.

Ele disse que o encontro representa uma oportunidade para consolidar o agronegócio em Roraima, dinamizar o turismo no estado e promover a integração da Região Norte com os países vizinhos.



DENÚNCIAS Eduardo Azeredo sugere que informações em poder da CPI sejam lacradas

Azeredo lembra importância da Lei Piva para o esporte

A aprovação em 2001 da chamada Lei Piva, que definiu a destinação de 2% do prêmio das loterias federais para os Comitês Olímpico e Paraolímpico do país, foi lembrada ontem pelo senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), em discurso no Plenário. Ele disse que a decisão do Congresso representou uma demonstração de sensibilidade das autoridades para com as carências do esporte nacional e vai repercutir na participação do Brasil nas Olimpíadas da Grécia que se iniciam nesta sexta-feira.

Conforme Azeredo, Pedro Piva, que era senador por São

Paulo, o atual ministro do Esporte, e o então deputado Agnelo Queiroz, foram os principais defensores da lei e prestaram serviço relevante ao desporto. Desde julho de 2001 até foram repassados quase R\$ 200 milhões para os organismos olímpicos nacionais, sendo R\$ 163 milhões para o Comitê Olímpico e R\$ 29 milhões para o Comitê Paraolímpico.

– Nós não poderíamos deixar de registrar a importante colaboração que o Congresso deu para o setor desportivo com a Lei Piva, e eu quero parabenizar os congressistas brasileiros que tiveram a capacidade de perceber as carências dos nossos atletas e a expectativa da população – afirmou Azeredo, ao manifestar sua esperança de que o Brasil tenha um bom desempenho nos próximos jogos.

O Brasil será representado nas Olimpíadas 2004, que se realizarão na Grécia, por 245 atletas, sendo 123 homens e 122 mulheres, e em número maior de modalidades do que nas Olimpíadas anteriores, de 2000, acrescentou o senador por Minas Gerais. Ele manifestou a esperança de que o país consiga melhorar a posição no quadro total de medalhas, já que ficou em 52ª posição nos últimos jogos, e não conseguiu nenhuma de ouro.

Lúcia Vânia pede rapidez na votação da Biossegurança

A presidente da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), informou que vai tentar chegar a um acordo com as lideranças partidárias para que o texto final do projeto que institui a nova Lei de Biossegurança seja aprovado o mais rápido possível.

Ela observou, entretanto, que só apoiará o entendimento se a Câmara dos Deputados se comprometer a endossar

o texto aprovado ontem pela Comissão de Educação (CE) do Senado, que garante a utilização de células embrionárias humanas em pesquisas genéticas realizadas com o objetivo terapêutico.

Como forma de acelerar o exame do projeto (PLC 9/04), Lúcia Vânia sugeriu que, após a obtenção do eventual acordo entre as lideranças, o projeto seja encaminhado diretamente para votação no Plenário do Se-



URGÊNCIA Para apressar decisão, Lúcia Vânia descarta exame da matéria pela CCJ e pela CAE

nado e, em caso de aprovação, siga imediatamente para análise da Câmara, já que o texto foi alterado pelo Senado.

Garibaldi Alves destaca o jubileu de dom Eugênio Sales

O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ressaltou ontem o jubileu de ouro episcopal do cardeal-arcebispo dom Eugênio de Araújo Sales, a ser comemorado neste domingo, em Acari (RN). Ele informou que o ponto alto das solenidades na cidade natal de dom Eugênio será uma missa em ação de graças pelos 50 anos de atuação do cardeal, e que contará com a presença de preladados de todo o país.

Garibaldi lembrou que a trajetória de dom Eugênio Sales, que já foi arcebispo primaz do Brasil, teve início justamente no seu estado, o Rio Grande do Norte, onde implantou, na década de 1960, “uma verdadeira revolução”, o chamado Movimento pela Educação de Base, mais tarde estendido ao restante do país. O senador lembrou ainda que coube ao religioso participação destaca-



SOLENIIDADE Celebração será em Acari (RN), cidade onde nasceu o cardeal, informa Garibaldi Alves

da na criação dos sindicatos de trabalhadores rurais e do Banco da Providência, no estado do Rio de Janeiro.

– Por onde passou, dom Eugênio Sales deixou um grande acervo de trabalho, obras e iniciativas, que o levou a ser um dos maiores líderes da Igreja Católica no Brasil, reconhecido inclusive pelo Vaticano – salientou. Os senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e Sérgio Cabral (PMDB-RJ) ressaltaram, em apartes, “a figura notável” que é dom Eugênio. Em nome da Mesa, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) solidarizou-se com as homenagens ao cardeal.



Sarney discute projetos com a classe médica

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem, em seu gabinete, o presidente da Sociedade Brasileira de Ortopedia, Neylor Pace Lassar, acompanhado da diretoria da entidade, para conversar sobre projetos de interesse da categoria que tramitam no Congresso. Os médicos reclamam que estão congeladas há dez anos as tabelas de pagamento por procedimentos

médicos e consultas pelos planos de saúde, que, ao mesmo tempo, tiveram seus valores pagos pelos usuários aumentados em 288%.

Uma das propostas de interesse dos médicos está em fase de votação na Câmara. Entre outras medidas, a proposta estabelece a Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos (Cbhpm).



CORAGEM Mão Santa destaca vigor de Afonso Gil para enfrentar e prender criminosos no Piauí

Mão Santa homenageia ex-deputado Afonso Gil

O senador Mão Santa (PMDB-PI) afirmou que ninguém teve a coragem do deputado federal falecido Afonso Gil (PDT-PI), único integrante do Ministério Público disposto a enfrentar o crime organizado no Piauí, oferecendo denúncia dentro do prazo legal contra o coronel Correa Lima, que comandava a partir do estado ações criminosas no Nordeste.

Mão Santa disse que aproveitava o Dia dos Advogados para homenagear a atitude do deputado falecido, que contribuiu decisivamente para enterrar o crime organizado no Piauí, ainda durante a gestão do senador como governador do estado. Além de recordar os feitos de Afonso Gil, Mão Santa lembrou que o deputado nasceu no Pará mas, como sua família era piauiense, transferiu-se para aquele estado, onde fez carreira profissional e política.

O deputado elegeu-se pelo PCdoB em aliança com o PT. Porém, segundo o senador, trocou de legenda depois de ter se rebelado contra posicionamentos do PT. Mão Santa elogiou o PDT, que era a legenda de Afonso Gil e pela qual ele disputava a prefeitura de Teresina.

– Sou filiado ao PMDB de Ulysses Guimarães, aquele que pregava aos políticos nunca deixar de ouvir a voz rouca das ruas. Porém, tenho que confessar que possuo uma amante, o PDT – brincou o senador.

Para Simon, Conselho de Jornalismo é "aberração"

■ Senador afirma que projeto de lei do Executivo pretende dominar e impor regras à imprensa

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) criticou ontem, em discurso, o projeto de lei que prevê a criação do Conselho Federal de Jornalismo, elaborado pelo Executivo. Ele demonstrou indignação diante do texto divulgado, que, na sua opinião, só tem similar na legislação dos anos mais duros do regime militar.

– O jornalismo não é uma ciência como medicina, engenharia ou direito, que têm rígidas regras profissionais. As matérias-primas do jornalismo são a informação e a opinião. Vamos exigir que os jornalistas pensem da mesma forma, sob pena de serem cassados? – questionou Simon, reclamando que a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) sequer foi ouvida sobre a proposta.

O senador leu em Plenário



RECLAMAÇÃO Simon pergunta: "Vamos exigir que os jornalistas pensem da mesma forma?"

trechos de artigo do jornalista Alberto Dines, membro do Conselho de Comunicação Social do Congresso, em que acusa a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) de estarem interessadas em "dominar a imprensa, impor suas regras, suas prioridades e sua ética, apropriando-se do chamado quarto poder".

Citando Dines, Simon chamou de "aberração democrática" a intenção do projeto de restringir a prática da atividade jornalística aos profissionais

inscritos nos conselhos regionais de Jornalismo.

– A CUT-Fenaj quer ser a dona da profissão. Quem discordar deixa de ser jornalista; quem não obedecer a seus critérios obriga-se a mudar de profissão – afirma Dines no artigo lido por Simon.

O senador apontou ainda que o texto do projeto, sugerido pela Fenaj, foi alterado pelo Ministério do Trabalho e Emprego e pela Casa Civil da Presidência da República, de forma a dar poderes ainda maiores aos conselhos no controle da atividade jornalística.

Pedro Simon aproveitou seu pronunciamento para pedir que a Mesa do Senado solicite a suspensão da licitação da Petrobras para exploração de campos de petróleo no país, marcada para o próximo dia 16 de agosto, por meio de leilão. Segundo ele, diversas entidades movem ações no Judiciário para cancelar a licitação. Simon propôs a convocação da ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, para depor sobre a matéria.



APELO Maguito lembra que o colega de bancada sempre combateu o crime organizado em Goiás

Maguito quer esclarecer logo atentado contra Demostenes

Ao manifestar seu repúdio a qualquer ato de violência, o senador Maguito Vilela (PMDB-GO) pediu providências urgentes para esclarecer e punir os responsáveis pelo atentado praticado contra o senador Demostenes Torres (PFL-GO), ocorrido domingo passado, em Goiânia. "Foi um ato de violência incomum em Goiás, tanto pelo uso de armas de alto calibre quanto pelo caráter claro de desafio ao Estado de direito", disse.

Maguito fez um apelo ao presidente do Senado, José Sarney, para que acione os mecanismos de que dispõe a Casa para exigir providências e esclarecer os fatos. Ele instou, também, o governador de Goiás, Marconi Perillo, as polícias Civil e Militar do estado, bem como a Polícia Federal, para que apurem com rigor esses atos de violência que estão deixando perplexa e inquieta a população goiana.

Maguito Vilela lembrou que o senador Demostenes sempre combateu o crime organizado com rigor, quando exerceu cargos como procurador-geral de Justiça e secretário de Justiça de Goiás.

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), manifestou sua solidariedade ao senador Demostenes, informando já ter acionado o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, para a imediata apuração desse "ato de violência inaceitável".

Arthur Virgílio denuncia autoritarismo do governo

O senador Arthur Virgílio (AM), líder do PSDB, denunciou ontem da tribuna o que chamou de "escalada autoritária" do governo federal. Para o senador, o governo aparenta, com inúmeros atos, ter um plano organizado para se manter no poder. Ele conclamou os senadores a atuarem na defesa da democracia e lutar para impedir que cresçam forças contrárias a esse sistema.

– Espero que meu discurso seja um delírio. Mas estou temendo que estejamos vivendo a escalada autoritária de um governo que demonstra cada vez mais descompromisso com

a democracia – disse ele.

O parlamentar vê indícios de direção autoritária nas recentes propostas de criação de conselhos específicos para regular a atuação do setor de audiovisual e dos profissionais de imprensa. Ao comentar afirmação atribuída ao secretário de Comunicação e de Gestão Estratégica, Luiz Gushiken, que teria defendido a necessidade de ressalvas para a liberdade, Arthur Virgílio argumentou que a "liberdade deve ser geral e irrestrita" e que a única ressalva possível é dar aos ofendidos o direito de acionar o Judiciário para registrarem as suas queixas.



ESCALADA Virgílio diz que existe um plano organizado para manter os atuais governantes no poder

Outro ato na direção autoritária, ressaltou o líder do PSDB, seria a implantação de uma "máquina de propaganda" no Palácio do Planalto para condenar o que os integrantes do governo classificam como "denuncismo", fazendo com que o denunciado vire vítima e o denunciante se torne denunciado".

Senado lamenta morte de Emival Caiado, que ajudou JK a aprovar a fundação de Brasília

O Plenário do Senado aprovou requerimento do senador Maguito Vilela (PMDB-GO) para envio de condolências à família do ex-senador Emival Caiado, representante de Goiás que foi relator dos principais

projetos que estruturaram Brasília no fim dos anos 50, e ajudou Juscelino Kubitschek a articular e aprovar a mudança da capital da República. Ele morreu no fim de semana, de infecção pulmonar, aos 87 anos.

Filho do lendário Totó Caiado, um dos políticos de Goiás de maior destaque em seu tempo, pai do deputado federal Sérgio Caiado e tio do também deputado Ronaldo Caiado, um dos criadores da União

Democrática Ruralista (UDR), Emival Caiado foi apontado pelo senador Maguito Vilela como um dos homens que mais lutaram para o desenvolvimento do Centro-Oeste.

Após o discurso de Maguito, o

presidente do Senado, José Sarney, manifestou solidariedade ao povo de Goiás, lembrando que, apesar de pertencerem à UDN, Emival Caiado e ele próprio votaram a favor dos projetos sobre Brasília.

Tuma defende Centro Cultural e Comercial do Brasil em Beirute

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) – foto – defendeu ontem a construção do Centro Cultural e Comercial do Brasil, em Beirute, capital do Líbano. O espaço, com um total de 8 mil metros quadrados, será destinado a exposição rotativa de produtos brasileiros, encontros comerciais e

artísticos.

Tuma informou que durante a recente viagem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva àquele país, o governo do Líbano ofereceu o terreno, localizado numa das áreas mais valorizadas de Beirute. Por isso, ele disse entender que tanto a iniciativa

privada como as empresas estatais devem prestigiar a iniciativa e levar adiante o projeto de construção do edifício.

– Neste momento em que o Brasil retoma o crescimento de sua economia e expande as suas exportações, a construção do Centro Cultural

e Comercial do Brasil em Beirute é mais que oportuna. Trata-se de empreendimento que se insere no programa de parcerias público-privadas e que trará bons frutos para o país, incluindo o crescimento do turismo em solo brasileiro – previu Romeu Tuma.



Célio Azevedo



AVANÇOS Investimentos do governo do estado e desempenho da Epamig foram elogiados por Aelton Freitas

Aelton destaca a pesquisa agropecuária em Minas Gerais

O senador Aelton Freitas (PL-MG) elogiou, em Plenário, os investimentos que têm sido feitos pelo governo de Minas Gerais na pesquisa agropecuária, ao longo dos últimos anos. Na sua opinião, a prioridade dada à pesquisa desde a gestão do atual senador Eduardo Azevedo (PSDB-MG) tem ajudado o estado a garantir seu crescimento e a retomar sua tradição de celeiro do país.

– Ao apostar na agropecuária, Minas Gerais cresce, e cresce de maneira fiel à sua vocação histórica – disse Aelton, durante pronunciamento em que celebrou o trigésimo aniversário de fundação da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (Epamig).

Segundo o senador, a Epamig conta atualmente com 21 fazendas experimentais, nas quais desenvolve mais de 300 projetos de pesquisa. As investigações, observou, têm auxiliado tanto os grandes quanto os pequenos agricultores. A agricultura familiar, relatou, já responde por 40% da safra estadual, especialmente de feijão e mandioca.

Aelton destacou que, além de maior produtor nacional de café, Minas Gerais já desponta como quinto maior produtor de soja.

Papaléo pede revitalização da Rede Ferroviária Federal

■ Segundo ele, modelo de arrendamento da empresa resultou em prejuízos sociais e econômicos ao país

Ao citar estudo da Associação Brasileira da Indústria Ferroviária (Abifer), que apurou que o Brasil poderia lucrar até R\$ 10 bilhões ao ano se aumentasse a utilização das ferrovias para o transporte de cargas, o senador Papaléo Paes (PMDB-AP) pediu ao governo federal que repense o atual modelo de arrendamento da Rede Ferroviária Federal (RFFSA). Ele comentou que o arrendamento da empresa trouxe sérios prejuízos de ordem social e econômica.

– A forma como vamos gerir o sistema de transportes nacional, principalmente no que tange ao incremento do modal



Roosevelt Pinheiro

CONSEQÜÊNCIA Sistema do transporte ferroviário tem impacto sobre a economia, alerta Papaléo

ferroviário, terá implicações não só no desempenho da balança comercial, mas na economia como um todo. A RFFSA é um patrimônio da nação que não pode ser negligenciado – afirmou Papaléo.

O senador lembrou que em 1996 houve a desestatização

das ferrovias por meio de concessões e de arrendamentos com prazos que vão até 30 anos. Papaléo informou que a Federação das Associações de Engenheiros Ferroviários, em manifesto publicado recentemente, denunciou irregularidades na condução do processo.

Segundo a entidade que agrega as associações de engenheiros ferroviários, disse Papaléo, o passivo da Rede Ferroviária Federal tem sido superestimado, gerando prejuízos ao erário e reduzindo os valores a serem pagos pela iniciativa privada ao governo. O senador opinou que a revitalização da RFFSA não é inviável, como repetem algumas pessoas. Ao contrário, ele registrou que a empresa possui o segundo maior patrimônio imobiliário do país, com créditos de quase R\$ 1 bilhão somente com a Companhia Vale do Rio Doce.

Capiberibe quer divulgar carga de impostos indiretos

O senador João Capiberibe (PSB-AP) pediu aos demais senadores que aprovem projeto de lei de sua autoria que estabelece que a apresentação de produtos ou serviços deve assegurar informações corretas, claras, ostensivas e em língua portuguesa sobre os bens oferecidos e informar a respeito da carga de impostos indiretos incidente sobre os produtos. O projeto está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

– Hoje, o consumidor está refém do fisco, sem ter noção exata do que pode exigir do poder público em termos de serviços – afirmou Capiberibe.

Para o senador, os tributos “são invisíveis, mas promovem

verdadeiros desarranjos no orçamento das famílias brasileiras”. Ele deu alguns exemplos: numa casa popular, ao custo total de R\$ 45 mil, o contribuinte paga de impostos mais de R\$ 22 mil, o que representa 49,5% de carga tributária; na margarina de 500 gramas, o imposto incidente chega a 37,18%; no açúcar, a carga tributária é de 40,5%; numa lata de cerveja, 56% do custo ficam com o fisco; numa caixa de um litro de leite longa vida, um terço do valor vai para a União, os estados e os municípios.

– Com esse projeto, o cidadão vai poder verificar que não recebe nada de graça do Estado, pois paga impostos sobre tudo o que consome – enfatizou.



Geraldo Mergela

CUSTO “O cidadão vai verificar que paga imposto sobre tudo o que consome”, observa Capiberibe

Capiberibe elogiou o Feirão dos Impostos, uma iniciativa da Associação Comercial de São Paulo, da Federação das Associações Comerciais de São Paulo e da Confederação Nacional dos Jovens Empreendedores. Em outro trecho do discurso, o parlamentar manifestou seu repúdio ao atentado contra o senador Demostenes Torres (PFL-GO) e sua família.

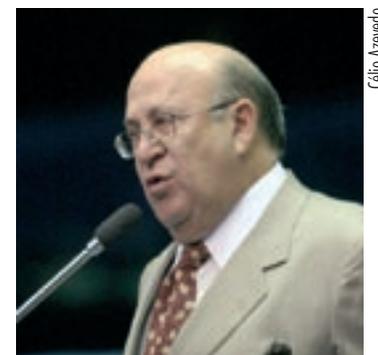
Suassuna apela ao governo por solução para a Sudene

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) fez apelo ao governo federal para que dê solução à Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) – órgão substituído pela Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene). Em pronunciamento ontem no Plenário, ele disse entender que, no primeiro ano de gestão, o governo Lula não poderia dar a atenção adequada à instituição, mas ressaltou que já é hora de se resolver a situação. Suassuna lembrou que o próprio presidente e o ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, assumiram compromisso de reestruturar a Sudene.

– Quero conclamar os senadores nordestinos. É triste a situação de um organismo que já foi orgulho para o Nordeste – afirmou Suassuna.

Ele lembrou que o exemplo dado pelo órgão foi tão profícuo que gerou a criação de instituições semelhantes em outras regiões, como a Amazônia. Suassuna lamentou que da instituição tenha restado apenas um “fantasma pálido”, com um patrimônio enorme se deteriorando.

Para o parlamentar, é em situações como as das enchentes que atingiram estados nordestinos que se constata que não há mais a quem apelar.



Célio Azevedo

CONSTERNÇÃO Para Suassuna, instituição que já foi orgulho é hoje apenas um “fantasma pálido”.